



## 19 Congresso de Iniciação Científica

### A INFORMALIDADE NA CIDADE DE PIRACICABA: UM ESTUDO DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO DOS PERMISSIONÁRIOS DA FEIRA DE ARTESANATO

#### Autor(es)

---

CARLOS FURLAN NETO

#### Orientador(es)

---

ELIANA TADEU TERCI

#### Apoio Financeiro

---

PIBIC/CNPQ

#### 1. Introdução

---

Este projeto tem como objetivo dar continuidade ao estudo da informalidade na cidade de Piracicaba, especificamente do estudo do perfil socioeconômico dos permissionários da Feira de Artesanato de Piracicaba. Num primeiro projeto realizou-se uma investigação de campo através de questionários em que se tomou uma série de informações sobre os perfil socioeconômico dos permissionários. Dando prosseguimento ao estudo é que se propõe realizar o estudo sobre os custos de produção dos permissionários da Feira de Artesanato de Piracicaba.

A relevância do seu resultado está na possibilidade de reunir dados, informações e elaborar análises sobre um conjunto de atividades que compõem um setor complexo da economia, oferecendo subsídios aos envolvidos para o redirecionamento de suas atividades, assim como contribuir para que a administração pública possa elaborar e adequar políticas apropriadas a esse segmento social que se encontra na informalidade.

Noronha (2003) discute os diferentes significados de “informalidade” em contraposição ao termo informal, e entende que se o conceito adquiriu algum significado claro devido a certa abordagem econômica que vinculou a “informalidade” a atividades periféricas não rentáveis. “Contudo, o uso coloquial do termo no Brasil está ligado à legislação: o trabalho é formal se, e somente se, o trabalhador possui carteira de trabalho assinada ou registro de autônomo ou, ainda, status de empregador.” (Idem, 115)

Para os juristas o conceito de trabalho não se explica através de contratos formais ou informais, são compreendidos como contratos “legais” ou “ilegais”, ou seja, algum registro que comprove a legalidade do empregador e a sua relação com o empregado. Com isso Noronha aponta três diferentes fontes de interpretações para o fenômeno, informalidade conceito que se torna popular para economistas e para a mídia no geral: formal ou informal, legal ou ilegal e justo ou injusto. Ou seja, o autor identifica três pares de conceitos para classificação dos contratos de trabalho: formal e “informal”; legal e ilegal; justo e injusto. Sendo que geralmente “informal” é identificado com “sem carteira”, que por sua vez é identificado com “injusto”, porém, considera que a aderência dos conceitos não seja linear. Entretanto, cabe salientar que a origem do trabalho “informal” e as razões que explicam sua disseminação em cada país diferem daquelas relacionadas à economia “informal”: Desde o trabalho de Polanyi (1994) sabe-se que o contrato de trabalho se distingue de outros contratos do mercado. Além disso, definições específicas da área do trabalho, como “assalariado”, “autônomo”, “empregador”, são em si por demais complexas para serem descritas sob o quadro conceitual genérico de economia formal e “informal”. (NORONHA, 2003: 116) Cacciamalli (2001) considera que a priori economia informal pode estar relacionada a fenômenos de natureza diversa como evasão e sonegação fiscal; terceirização; microempresas, comércio de rua ou ambulante; contratação ilegal de trabalhadores assalariados nativos ou migrantes; trabalho temporário; trabalho em domicílio, etc. Com todas

essas adjetivações, no imaginário das pessoas, informalidade acaba sendo representada por atividades, trabalhos e rendas realizadas desconsiderando regras expressas em lei ou em procedimentos usuais.

Para a autora, disto decorrem as dificuldades que as organizações, os indivíduos e também o coletivo social enfrentam para compreender as mudanças estruturais econômicas, políticas e sociais em andamento. Buscando ampliar o conceito, a autora recorre a outras referências. Segundo estudo realizado no âmbito da OIT, “setor informal” pode ser identificado pelas seguintes características: (a) propriedade familiar do empreendimento; (b) origem e aporte próprio dos recursos; (c) pequena escala de produção; (d) facilidade de ingresso; (e) uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia adaptada; (f) aquisição das qualificações profissionais à parte do sistema escolar de ensino; e (g) participação em mercados competitivos e não regulamentados pelo Estado. (CACCIAMALI, 2000) Além deste o Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC) acrescenta aquelas características o quesito da não organização jurídica, destacando-se o fato de que o detentor do negócio exerce simultaneamente as funções de patrão e empregado e de não existir separação entre as atividades de gestão e de produção. (Cacciamali, 2000).

As unidades econômicas, conforme conceituações acima ainda podem ser consideradas sob duas óticas diferentes: uma de caráter microeconômico que identifica como traço comum a essas unidades produtivas informais, organizadas pelo excedente de força de trabalho urbana, a escassez de capital e consequente uso de tecnologias obsoletas o que as torna ineficientes, para atingir o objetivo principal – o lucro, quando comparadas às outras firmas. (CACCIAMALI, 2000)

A segunda abordagem privilegia os condicionantes macroeconômicos e estruturais relativos ao processo de acumulação, observados a partir da conjuntura recente e das especificidades locais e institucionais. Trata a informalidade como processo, considerando quatro elementos: os processos de reestruturação produtiva, a internacionalização e expansão dos mercados financeiros, o aprofundamento da internacionalização da economia e a abertura dos mercados financeiros.

Segundo a autora “Esses processos criam um ambiente de maior incerteza nos negócios, com menores taxas de crescimento econômico e do emprego que apresentam impactos distintos em mercados de trabalho com características estruturais diferentes.” (CACCIAMALI, 2000: 158)

Nesta perspectiva destaca ainda que o objetivo das atividades informais possa não ter o objetivo do lucro, mas tão somente a sobrevivência de seus proprietários. Através da análise das investigações oficiais realizadas pelo IBGE em 1997 e 2003 que tem como referência a unidade econômica, o estudo de Marcio Pochmann teve por objetivo caracterizar as atividades econômicas informais desenvolvidas por microempreendimentos no Brasil, considerando que microempreendimento consiste em proprietário por conta própria ou empregador com até 5 ocupados (ocupados com e sem registro e trabalhador sem remuneração): “Considera-se como informal o conjunto de unidades que produzem algum tipo de serviço ou de bem que se direciona à geração de trabalho e renda, tradicionalmente caracterizado pela pequena escala de produção, pouca organização administrativa e sem nítida separação dos recursos do negócio em relação às finanças domésticas.” (POCHMANN, 2005: 1)

Segundo Pochmann (2005), em 2003 havia cerca de 10,3 milhões de empreendimentos no Brasil, sendo 9,1 milhões de ocupados por conta própria e 1,2 milhão de empregadores. Contudo, este conglomerado de empreendimentos absorvia cerca de 13,9 milhões de ocupados, e destes 9,5 milhões por conta própria, 1,4 milhões de empregadores, 2,2 milhões de empregados (36,4% com carteira assinada e a minoria, somando 63,4% sem carteira assinada) e finalizando 707 mil trabalhadores não remunerados. Na economia informal brasileira, os ocupados representaram em 2003 cerca de 27,1% do total do emprego, sendo o setor da construção civil representado por 41% do total da ocupação, enquanto no setor industrial menos de 20%.

## 2. Objetivos

---

Geral: Realizar um estudo comparativo sobre os custos de produção dos artesãos permissionários da Feira de Artesanato de Piracicaba, considerando os vários tipos de custos de suas atividades, a racionalidade na composição dos custos e realizar um estudo de viabilidade dos negócios.

## 3. Desenvolvimento

---

A análise do perfil da informalidade junto aos permissionários da Feira de Artesanato de Piracicaba é baseada em dados primários coletados junto ao público alvo que compõe-se dos artesãos cadastrados junto a Secretaria de Turismo da Prefeitura Municipal de Piracicaba.

A área de abrangência ou de investigação da pesquisa foi precisada através de consulta ao cadastro de permissionários da Feira de Artesanato através da Secretaria de Turismo e composta do total dos permissionários cadastrados, em número de 90 permissionários, aos quais foram aplicados 75 questionários.

O Objeto de estudo deste projeto é a Feira do Artesanato vinculada a Secretaria Municipal de Turismo (SETUR). A Feira é tradicional na cidade, conhecida por sua variedade de produtos elaborados e comercializados pelos permissionários, a saber, vestuário, alimentos, bijuterias, brinquedos e decoração. O propósito do poder público municipal na manutenção de tal evento é a criação de um espaço de geração de emprego e renda e ao mesmo tempo, propiciar recreação, lazer, e opção de compra para a população.

O regulamento da Feira, criado em outubro de 1975, objetiva a sua regulamentação e certa formalização da atividade. Favorece os artesãos piracicabanos e da região, tendo em vista que esta feira é itinerante e é realizada semanalmente em dois pontos da cidade de

Piracicaba – a Praça José Bonifácio e a Rua do Porto – além de eventos realizados pela SETUR.

Existem regras para que o artesão ou a artesã possam se manter na Feira e nos eventos em que a Feira participa, tais como i) manter o cadastro atualizado junto a prefeitura, ii) não realizar algum tipo de propaganda que possa interferir na exposição de outro expositor, ter sua própria barraca itinerante e, principalmente, iii) o que determina a permanência e a liberdade do expositor seguir com a Feira é a presença dele em todos os eventos, as faltas acarretam suspensão das atividades do expositor.

Desta forma, quando a(o) artesã(o) manifesta o interesse em participar desta Feira ele(a) assume um compromisso com a Prefeitura de seguir o regulamento interno da Feiras de Artesanato de Piracicaba.

#### **4. Resultado e Discussão**

---

De acordo com as pesquisas podemos observar que os ramos mais seguidos nessas feiras são: artesanato (biscuit, toalhas, bordados, bijuterias, doces e comidas), revenda de Bijuterias, brinquedos e roupas e em sua maioria usa o trabalho informal, ou seja, a comercialização destes produtos serve para complementar a renda familiar e em sua grande maioria emprega-se a força de trabalho de outros membros da família.

Os dados da amostragem demonstram que do universo pesquisado de 57 indivíduos, em sua grande maioria é composta por mulheres (70%), conforme mostra o gráfico 1 (anexo 1):

Segundo a pesquisa de campo os valores de faturamento variam de acordo com a especialidade do empreendedor, podemos dividir os ramos por categorias e ver a relação entre o preço médio e o faturamento médio de cada grupo:

- Categoria Costura e Alimentação (tabela 1, anexo 3):

Os preços médios das mercadorias são de aproximadamente R\$23,00 reais e o faturamento de um empreendedor é de aproximadamente R\$687,00.

- Categoria Pintura (tabela 2, anexo 3):

Na categoria pintura, os preços médios das mercadorias é de aproximadamente R\$34,00, sendo o faturamento médio é de aproximadamente R\$725,00 reais.

- Categoria Tricô, Crochês e bordados (tabela 3, anexo 3):

Os preços médios das mercadorias são de aproximadamente R\$26,00 reais e o faturamento de um empreendedor é de aproximadamente R\$889,00.

- Categoria Bijuterias (tabela 4, anexo 3) :

Os preços médios das mercadorias são de aproximadamente R\$23,00 e o faturamento de um empreendedor é de aproximadamente R\$467,00 reais.

- Categoria Biscuit e Acessórios Infantis (tabela 5, anexo 3):

Os preços médios das mercadorias são de aproximadamente R\$15,00 e o faturamento de um empreendedor é de aproximadamente R\$645,00.

Segundo a pesquisa de campo pudemos observar que a grande maioria dos permissionários não tem controle sobre seu fluxo de caixa, ou seja não controlam a entrada e a saída de dinheiro a partir de seus ganhos.

A pesquisa mostra que, em sua grande maioria, os permissionários pagam alugueis, contas básicas para o funcionamento da casa, porém não se têm certeza das despesas por conta do mau controle de seus gastos e ganhos, alguns dos permissionário usam esta renda do seu artesanato para pagar as contas e despesas do lar, além de gastar com matérias primas para que concluam seus trabalhos.

Curioso é ver que a amostra exhibe dados de permissionários que chegam a ganhar 3 mil reais durante as feiras ( ver tabela 2, anexo 3) e outros que declaram ter ganho pouco mais do que 50 reais (ver tabela 5, anexo 3). Grande parte dos permissionários declara que compram cerca de 50% de sua renda obtida na feira do artesanato em matérias primas e enquanto outros conseguem comprar de forma consignada.

Outro ponto que observamos nas pesquisas é que alguns os permissionários fazem estes artesanatos para que possam complementar a renda da casa e ter mais folga em seu orçamento, outros fazem por hobby, mas segundo a amostra esta atividade rende, em média, algo em torno de R\$670,00, aproximadamente 1,5 salário mínimo (ver Gráfico 2, anexo 2).

#### **5. Considerações Finais**

---

Em termos das considerações finais podemos observar que de fato a Feira de Artesanato de Piracicaba tem oferecido aos permissionários um espaço importante de geração de ocupação e renda, permitindo um rendimento médio considerável para essas famílias, ainda que seja muito temerário afirmar com certeza qual tem sido o montante desse rendimento, em virtude da precaríssima contabilização dos mesmos. Além de escassos registros de receitas e despesas, as finanças pessoais e familiares se misturam às finanças do empreendimento propriamente dito, o que dificulta sobremaneira apurar seus reais rendimentos.

Esse aspecto é de fundamental importância, pois a contabilização sistemática, bem como a formalização da atividade permitiria o acesso ao sistema de crédito, o que contribuiria para alavancagem do empreendimento e da própria Feira.

Vale então registrar como principal contribuição do trabalho de iniciação científica a recomendação ao poder público municipal, através da Secretaria Municipal de Turismo, a verificação da possibilidade de viabilizar a instrução dos permissionários neste sentido.

## Referências Bibliográficas

---

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. *Economia & Sociedade*. Campinas, (14), jun/2000.

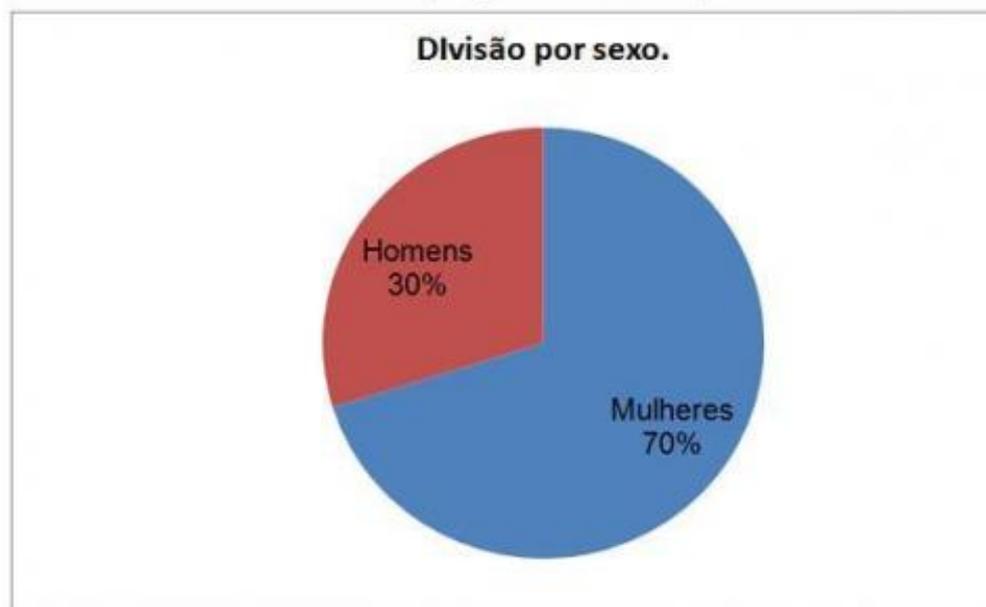
NORONHA, Eduardo G. "Informal", ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 18, no. 53, out/2003.

POCHMANN, Márcio. *Economia do Microempreendimento Informal no Brasil*. Texto para discussão no. 02. Brasília: SEBRAE, ago/2005.

## Anexos

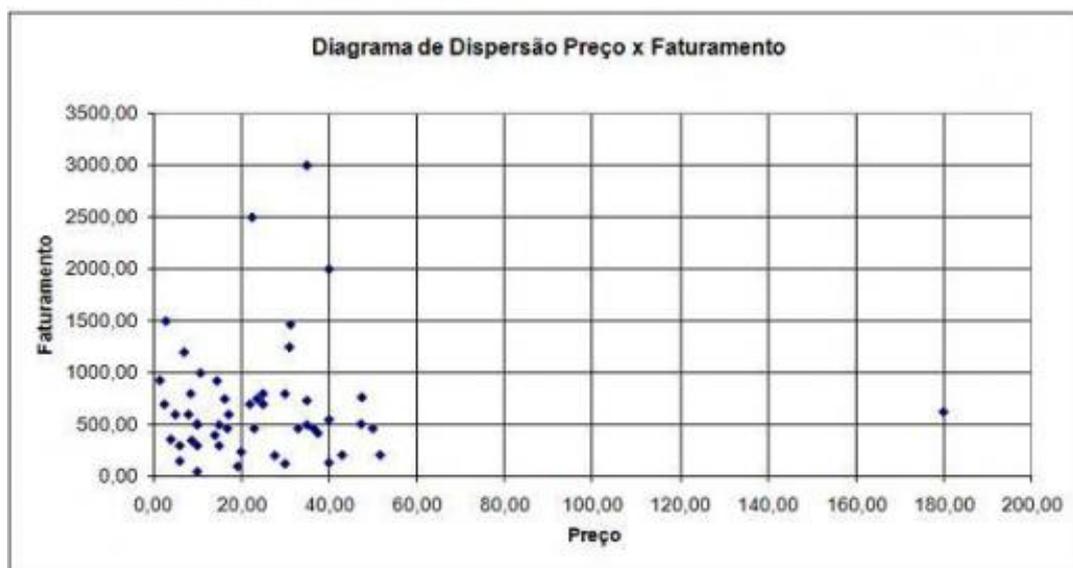
---

Gráfico 1 – Divisão da amostra, segundo sexo dos permissionários



Fonte: pesquisa de campo.

Gráfico 2 – diagrama de dispersão dos rendimentos dos permissionário da Feira de Artesanato de Piracicaba



Fonte: pesquisa de campo

Tabela 1 - Categoria Costura e Alimentação:

CATEGORIA COSTURA, ALIMENTAÇÃO	
7,00	1200,00
14,50	924,00
51,66	210,00
50,00	465,00
36,50	465,00
23,00	465,00
2,87	1500,00
19,25	100,00
2,50	697,50
40,00	550,00
1,50	930,00
35,00	733,33

Fonte: pesquisa de campo

Tabela 2 - Categoria Pintura:

CATEGORIA PINTURA	
8,00	600,00
6,00	300,00
25,00	800,00
10,00	510,00
47,50	765,00
22,00	700,00
180,00	625,00
30,00	125,00
35,00	3000,00
15,00	500,00
16,86	465,00
10,00	300,00

Fonte: pesquisa de campo